

CAPITAL TRANSNACIONAL E OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Sugestões para reflexão e investigações de apoio (*)

Carlos Alberto Ricardo

O que fiz foi dar uma rastreada na bibliografia, em periódicos e em relatórios recentes (não publicados) a respeito da situação das áreas indígenas, para os últimos 20 anos. Não foi uma pesquisa exaustiva mas o suficiente para indicar algumas questões e sugerir caminhos de investigação.

A preocupação foi identificar quais as modalidades de intervenção das transnacionais que afetam os direitos dos povos indígenas no Brasil. Esses direitos estão basicamente estabelecidos pelo Estatuto do Índio (1) e pelas reivindicações concretas colocadas pela luta de povos indígenas particulares, algumas vezes sugerindo uma ampliação dos direitos legalmente definidos atualmente. Trata-se de uma perspectiva de investigação para apoiar as lutas que esses povos têm empreendido na tentativa de garantir e recuperar suas territórios, sua soberania e auto-determinação. Nessas lutas, entre outras coisas, tem-se revelado eficaz politicamente a identificação do envolvimento das transnacionais como agentes danosos. A revelação dos fios condutores que ligam uma pequena aldeia de um povo indígena dos confins da Amazônia aos grandes centros do capital transnacional, quase sempre passando por espessas mediações com o capital nacional e/ou Estado, solda um verdadeiro "lobby" formado por extensa rede de entidades nacionais e internacionais de apoio às lutas indígenas. Ou seja, para essa tal rede de apoio faz diferença encontrar os agentes das transnacionais sobre os direitos indígenas. Apesar disso há muito pouca investigação a respeito.

E para os próprios povos indígenas, faz diferença? Qualquer resposta a perguntas feitas com relação aos povos indígenas no Brasil de hoje é extremamente difícil de ser respondida. Dispersos por todo o território nacional, com concentração na chamada Amazônia Legal, apresentam grande variabilidade tanto nos seus modos de ser (por exemplo, há cerca de 150 povos falando 100 línguas diferentes) como pelas situações concretas que enfrentam na relação com a sociedade nacional. Mas a importância política dessa pergunta remete não só a investigações futuras e localizadas, como também à elaboração de material didático de apoio para que pelo menos as lideranças indígenas de alguns povos afetados pelas transnacionais possam avaliar o problema.

Dado o caráter ainda pouco articulado das ideias contidas nesse texto, optei por apresentar as tais questões e sugestões enumerando-as:

1. Na organização do próprio temário dessa consulta a relação transnacionais-índios aparentemente com a questão agrária. No entanto uma avaliação ainda superficial da questão aponta em outra direção: dentre as modalidades de intervenção das transnacionais com efeitos danosos aos direitos dos povos indígenas os projetos de mineração são mais significativos.
2. A associação transnacionais-índios-questão agrária certamente está baseada no fato bastante conhecido de que recentemente no Brasil, grandes empresas transnacionais de base urbano industrial tenham investido parte de seus excedentes na compra de terras, especialmente na Amazônia. É importante frisar que a compra de terras é apenas uma das distintas for-

mas de presença das transnacionais na agricultura .

3. As modalidades de intervenção das transnacionais (das corporações e/ou dos capitais) nos direitos dos povos indígenas no Brasil seriam as seguintes :

(a) projetos de mineração em territórios indígenas : pesquisa , lavra e transporte de minérios para comercialização . Essa modalidade é a mais frequente e mais significativa economicamente . Do ponto de vista político esse dado tem sido mais relevante no exterior, a partir dos trabalhos de pesquisa realizados pelo antropólogo norteamericano Shelton Davis (ver a esse respeito Vítimas do Milagre, Zahar, Rio, 1978). No entanto, mesmo as pesquisas de Davis desvendam pouco e por isso apresentam poucas evidências, as maneiras pelas quais as transnacionais se implantam nesse setor, em múltiplas combinações com o Estado e empresas nacionais, metamorfoseando sua identidade . Isso dificulta a investigação e coloca duas questões : quais os caminhos metodológicos e as fontes a serem pesquisadas ?

(B) projetos de extração vegetal em áreas indígenas : contratos de risco para extração de madeira ; crescente controle do mercado de certas matérias primas vegetais, também extraídas de áreas indígenas .

(c) apropriação de grandes glebas de terra, com exclusividade ou associadas a grupos nacionais, contíguas às áreas indígenas gerando : conflitos por presunção de posse tanto com índios quanto com posseiros, por exemplo, muitas vezes jogando uns contra os outros.

(d) financiamento a projetos estatais e/ou privados que afetem diretamente ou indiretamente áreas indígenas, como por exemplo estradas, hidroelétricas e outros .

(e) produção de implementos (insumos?) agrícolas prejudiciais à ecologia e à saúde nas áreas indígenas, como por exemplo os desfolhantes químicos (agente laranja e Tordon) bastante utilizados pelos grandes projetos agro-pecuários e madeireiros na Amazônia .

(f) utilização de populações indígenas como cobaias para experiências com medicamentos .

(g) utilização da imagem do índio para campanhas publicitárias .

4. A respeito das modalidades mencionadas acima há várias evidências (ver anexo), mas sobre tudo suspeitas pouco comprovadas . O importante é ressaltar que a presença das transnacionais no Brasil e sua relação com os direitos dos índios só ganhará a relevância política que sua proporção econômica merece na medida em que essas próprias relações ganhem visibilidade . De nada adianta, nesse caso - como de resto na relação com os outros setores sociais no Brasil - insistir apenas no caráter geral e estrutural da presença do capital transnacional na economia do país .

(*) Texto elaborado para discussão entre os/participantes da Consulta Latinoamericana sobre Corporações Transnacionais - Painel IV : O Capital Transnacional e os Movimentos Populares Urbano e Rural - patrocinada pelo Conselho Mundial de Igrejas/CESE em Itaici-SP , outubro de 1980 . Não pode ser reproduzido sem autorização do autor .

NOTAS : (1) Lei 6.001 de 19/dez/1973 . "Esta lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional", diz o artigo 1º . Baseada na contradição preservar/integrar, essa legislação tem um caráter protecionista provisório . Considera "os índios" como relativamente incapazes, confere ao Estado (União) a obrigação de tutelá-los garantindo-lhes, entre outras coisas, "a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes" (artigo 22) .

FONTES CONSULTADAS :

1. DAVIS, Shelton : Vítimas do Milagre. O desenvolvimento e os índios do Brasil.
Zahar, Rio, 1978 .
2. INDIGENA, INC. and AMERICAN FRIENDS OF BRAZIL : Supysáua. A documentary report on the Conditions of Indian People in Brasil .
Berkeley, november, 1974 .
3. CARELLI, Vincent e SEVERIANO, MILTON : Mão Branca Contra o Povo Cinza. Vamos matar esse índio ? Brasil Debates, SP, 1980 .
4. recortes dos principais periódicos do país para o período 1968/80. Arquivo do CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) .

ANEXO

- Alguns casos concretos/numerados :
1. Oiapí/ICOMI no Amapá
 2. SURUÍ/CINTA LARGA na Rondônia
 3. NAMBIKUARA na Rondônia
 4. TUPINIKIM/ARACRUZ CELULOSE no Espírito Santo

Quadro "A Invasão do Território dos Índios"(Opinião nº 128, 18/4/75)

Mapa dos povos indígenas no Brasil (S. Davis)

Mapa dos projetos de mineração (Davis)

ANEXOS

4

Caso 1: Oiapí - ICOMI (Amapá)

Em 1970 a CPRM (Cia de Pesquisas e Recursos Minerais) e a ICOMI (Bethlehem Steel Co.) iniciaram levantamento geológico na bacia do rio Cuc, abrindo campo de pouso cerca da área de um grupo Oiapí. Continuando a pesquisa no alto Jari usaram os índios para construção de campo de pouso e outros serviços de infra-estrutura local. Com acordo da FAB os índios foram transferidos por helicópteros para Molokopote. Em 71 a CPRM e ICOMI sairam da área indígena e permaneceu a FAB. As pesquisas continuaram até 74 e a ICOMI instalou-se numa área contínua à área dos Oiapí (informações contidas no relatório que a antropóloga Dominique Gallois da USP enviou à FUNAI, processo BSB-3745/79). Talvez a reserva indígena Oiapí seja também uma reserva mineral para o futuro.

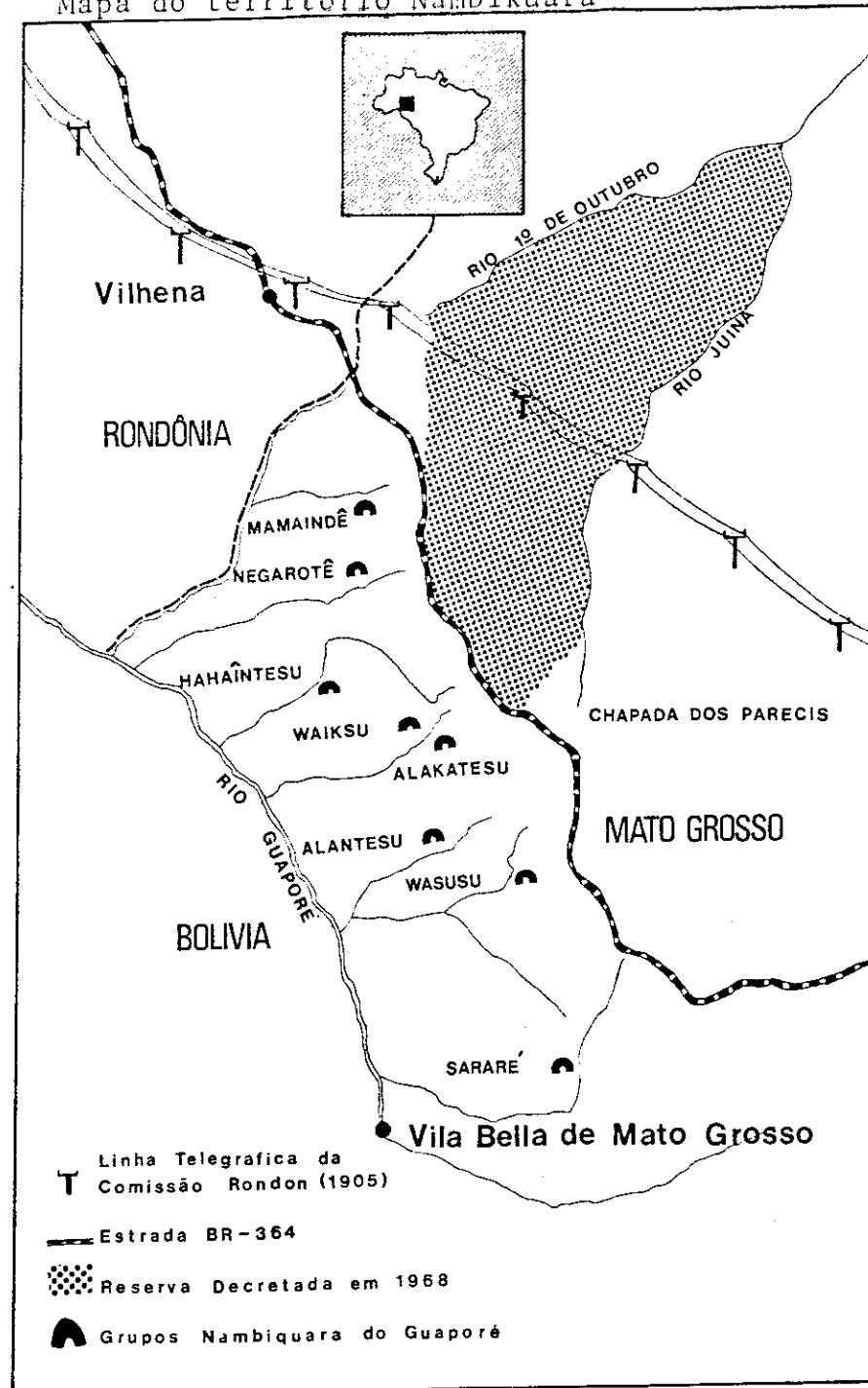
Caso 2: Suruí/Cinta-Larga. O Parque Aripuanã em Rondônia.

Cirado em 1968 o Parque Aripuanã tem sido uma das áreas mais conflituadas dos últimos anos. A catástrofe que se abateu sobre os povos indígenas dessa região está resumida no livro de Shelton Davis já citado, às páginas 105 a 117. Gostaria apenas de citar alguns trechos para colocar em evidência a questão das grandes cias. de mineração.

"Ao longo dos últimos anos da década de 60, começaram a se acumular provas de que grandes depósitos de cassiterita... haviam sido descobertos no Território de Rondônia. (...) Grandes companhias internacionais haviam instalado modernas operações de mineração mecanizada na Rondônia, e aos poucos estavam tornando o Brasil auto-suficiente em estanho. (108-109)

Em novembro de 72 o médico francês Jean Chiappino, que passara vários meses entre os Suruí e Cinta-Larga, divulgou relatório assinalando que "sete companhias desenvolviam atividades de exploração mineral no Parque Indígena Aripuanã, lançando uma ameaça crítica, dos pontos de vista social e médico, à tribo mais numerosa, os Cinta-Larga. As sete companhias mencionadas por Chiappino eram a Mineração São Marcos Ltda., Companhia Espírito Santo de Mineração (CESMI), Sociedade de Mineração Atlântico (SOMINA), Mineração Vale do Madeira Ltda. (MIVALE), Mineração Vale do Roosevelt, Companhia Estanhífera do Brasil (CESBRA) e Mineração Alcione."(114) Cinco dessas companhias estavam ligadas à CESBRA, por sua vez ligada ao grupo Patiño, e exploravam minério na área com autorização da FUNAI.

Mapa do território Nambikuara

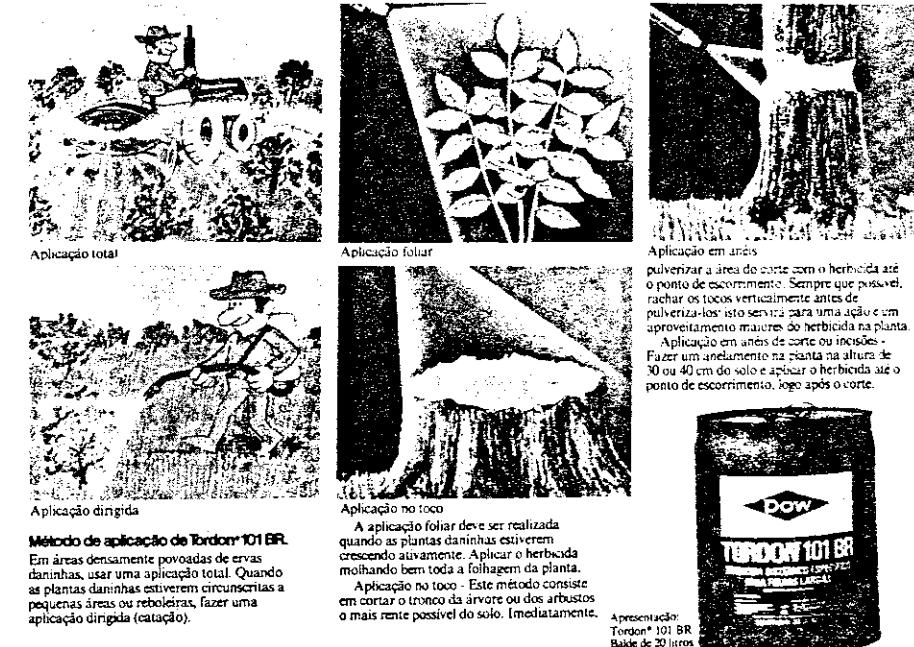


Fonte: Carelli e Severiano, Mão Branca Contra o Povo Cinza. Brasil Debates, SP, 1980.

Caso 3 : Nambikuara (Rondônia)

5

Cadê o mato que estava aqui? Tordon®101 BR matou.



Anúncio de Tordon-101 feito em 1979

Laranja na guerra do Vietnã.
O agente havia sido jogado de avião para desmatar a área.
E só deixaria de ser usado em 77, com sua proibição oficial.

Em lugar do perigosíssimo Tordon 155-BR, passaram a usar o muito perigoso Tordon 101-BR. Ficaram freqüentes também as epidemias de disenteria causada pela contaminação dos rios.

Nas aldeias do Sararé, os bosques de mangabeiras foram destruídos certo dia por uma ventania, que arrastou nuvens de Tordon 155-BR — poderoso desfolhante produzido pela Dow Química, famoso como Agente

Caso 4 : Tupiniquim / Aracruz Celulose (Espírito Santo)

INDIOS CONTRA MULTINACIONAL

Desde os tempos coloniais as terras habitadas pelos **Tupinikin** foram objetos de doações legalmente sancionadas pelos colonizadores portugueses. Doações confirmadas posteriormente pela imperial majestade D. Pedro II.

Todavia, as garantias de documentos históricos foram jogadas no lixo e simplesmente ignoradas. O governo capixaba, em pleno século XX, considera como terra devoluta a área dos **Tupinikin** e começa a repassar quase gratuitamente para as empresas privadas.

Na década de 60, com a chegada da multinacional Aracruz Florestal o calvário dos **Tupinikin** e **Guarani** está armado e selado o destino de suas terras. Rapidamente 40 000 ha passam a constituir o patrimônio da multinacional que amassa com tratores as aldeias indígenas.

A reação tarda mas não falha. Explosos de suas terras, espremidos numa área infima e estéril, forçados a trabalhar como mão-de-obra barata na Aracruz, os **Tupinikin** e **Guarani**, com os documentos históricos na mão, ocuparam 120 ha. Essa área "pertencia" à Santa Cruz Urbanizadora S.A., subsidiária da Aracruz.

Em 1979, a FUNAI, como só mexe seus paquidérmicos órgãos quando os índios começam um conflito aberto ou potencial, constituiu um grupo de trabalho para levantamento da área indígena, tendo sido con-

siderado as seguintes áreas Caeiras Velhas (2.700 ha), Pau Brasil (1.500 ha) e Comboios (2.300 ha).

No mês de novembro de 79 é assinada a Portaria Ministerial nº. 609/N declarando as áreas sugeridas pelo grupo de trabalho como de ocupação indígena. Depois, um silêncio sepulcral. Nada mais foi feito. Ficaram cozinhando em banho maria a paciência dos **Tupinikin**.

Um chefe da Aracruz, "doutor" Ovídio, declarou ao cacique **Tupinikin** e ao chefe de posto da FUNAI: — "A empresa não reconhece os **Tupinikin** e **Guarani** como índios bem como não reconhece a autoridade da FUNAI na área".

AI o "doutor" xingou até um órgão do governo. Uma evidente indisciplina como poderia dizer o cel. Nobre da Veiga.

Depois de avisar o governo, dando o prazo até julho para a FUNAI demarcar as suas terras, os **Tupinikin** e **Guarani** puseram mãos à obra, abrindo uma picada e derrubando um quilômetro de pinheiros pertencentes à Aracruz.

Agora, em meados de julho, concluíram a demarcação das suas terras. Esta foi uma verdadeira vitória dos povos indígenas contra uma multinacional. Esta vitória precisa ser garantida contra as agressões e as tentativas de reapropriação que porventura a multinacional Aracruz venha lançar mão.

V. OUTROS PROJETOS

Wycliffe Bible Translators/Summer Institute of Linguistics (Santa Ana, California): 190 missionários entre 36 grupos tribais; contratos com o ministro do Interior do Brasil, Funai e Museu Nacional do Índio

New Tribes Mission (Woodworth, Wisconsin): amplo programa missionário entre as tribos brasileiras; gráfica; treinamento de missionários brasileiros

International Police Academy (Washington, D.C.); treinamento da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, que está encarregada da Guarda Indígena Rural do Brasil e do Campo de Prisioneiros Indígenas em Crenaque, Minas Gerais

Centro de Instrução de Guerra na Selva: pedaço de floresta virgem de 640 km², no coração da Amazônia, perto de Manaus, criado pelo Exército brasileiro e conselheiros norte-americanos, tomando como modelo a US Army's Jungle Warfare Training Center, em Fort Sherman, na zona do canal do Panamá

Amazon Explorers (Parlin, New Jersey), Booth American Shipping Corporation (New York), Lindblad Travel, Inc. (New York): Viagens "Inferno Verde" pela área amazônica, com atenção especial para viagens por aldeias indígenas

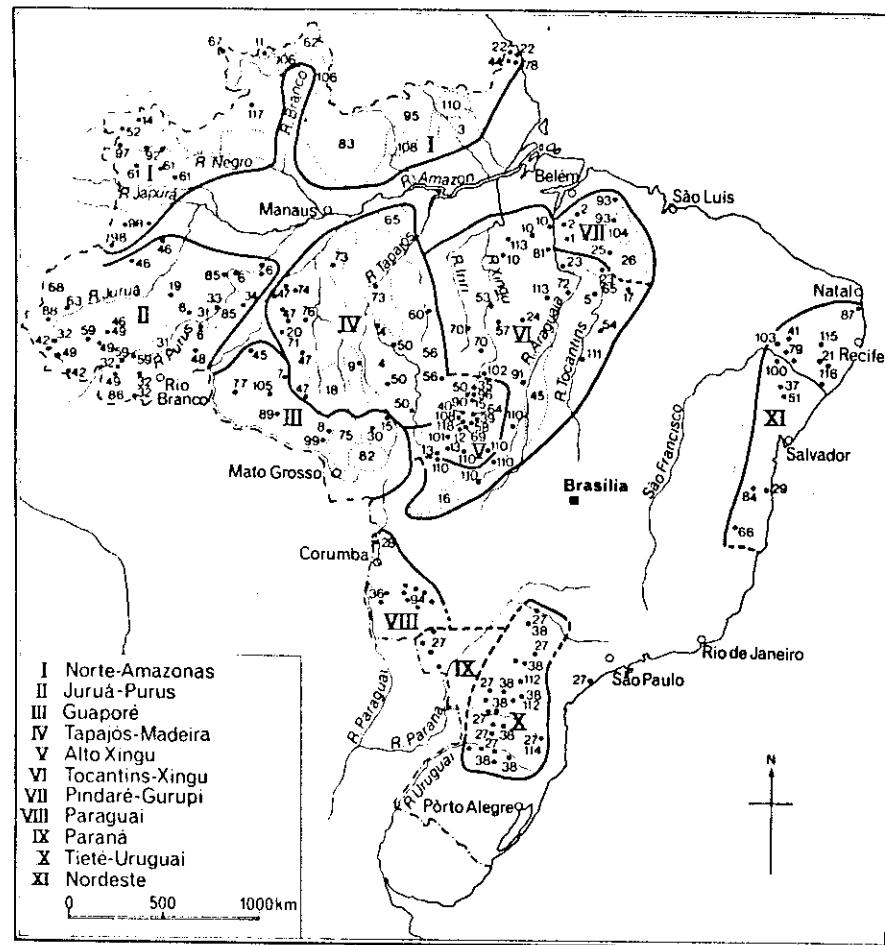
Hudson Institute (New York): o famoso plano de Herman Kahn, Great Lakes, para inundar, represar e "desenvolver" toda a região da Bacia Amazônica da América do Sul (1967)

Arnold Arboretum, Harvard University (Cambridge, Massachusetts); ampla pesquisa etnobotânica e farmacêutica entre os Waika e outras tribos indígenas do noroeste do Brasil para potencial exploração comercial de remédios e conhecimentos nativos

Institute for Cross-Cultural Research (Washington, D. C.): uma divisão da Operations and Policy Research, Inc., que publicou a maior parte dos mapas que localizam as tribos brasileiras de índios, com referência específica às "tribos possivelmente hostis"

US Bureau of Indian Affairs (Washington, D. C.): planejamento e participação no VII Congresso Indigenista Internacional, Brasília, agosto de 1972, a maior tentativa para legitimar a política indigenista brasileira perante a comunidade internacional

(Extrído da Supysáva — novembro de 1974)



Map 2. Brazil: Indian groups and culture areas

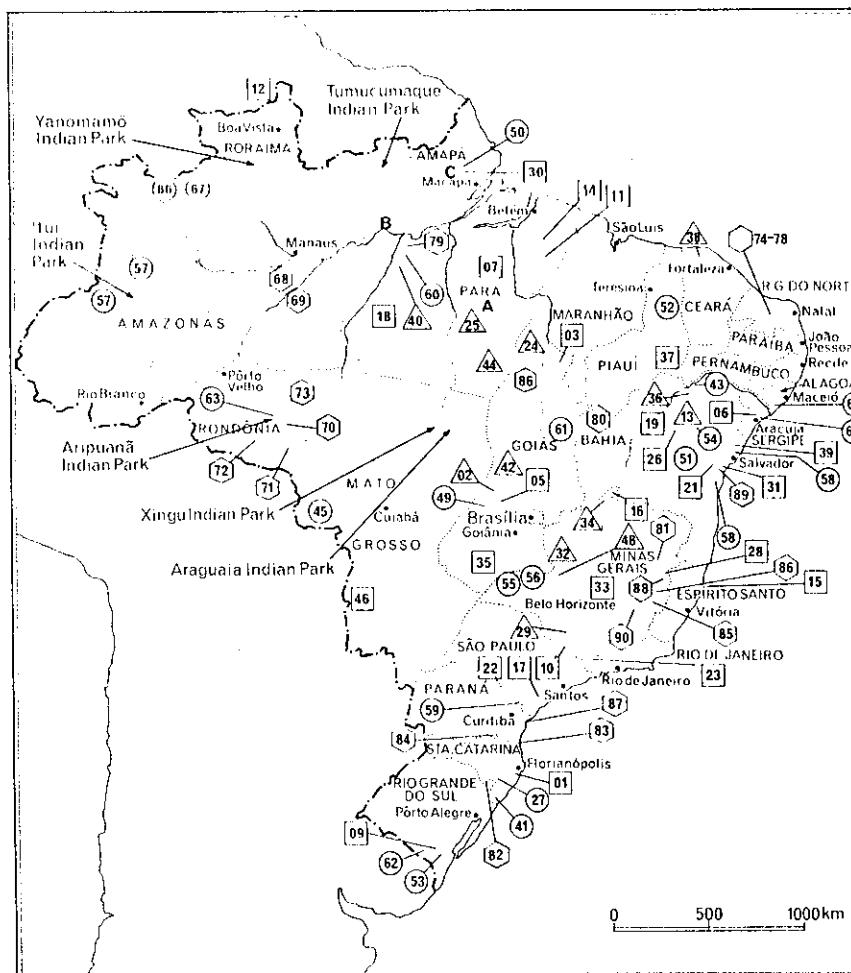
Key to indigenous groups of Brazil:

1 Amaneyé	11 Awáke	21 Fulnió	31 Jamamadí
2 Anamibe	12 Aweti	22 Galibi	32 Jamináwa
3 Aparai	13 Bakairi	23 Gavião	33 Jaruára
4 Apiaká	14 Baniwa	24 Gorotire	34 Júma
5 Apinayé	15 Beijo-de-Pau	25 Guajá	35 Jurúna
6 Apuriná	16 Borôro	26 Guajajára	36 Kadiwéu
7 Arara	17 Canela	27 Guarani	37 Kaimbê
8 Arikapú	18 Cinta-Larga	28 Guató	38 Kaingang
9 Aripaktsá	19 Deni	29 Gueren	39 Kalapalo
10 Asurini	20 Diarriói	30 Irantxe	40 Kamayurá

Map 2. Key (cont.)

41 Kambiá	61 Makú	81 Parakanán
42 Kámpa	62 Makuxí	82 Paresi
43 Karajá	63 Maribó	83 Parukotó-
44 Karipúna	64 Matipuhý	Xarúma
45 Karitiána	65 Mawé	84 Pataxó
46 Katukina	66 Maxakali	85 Paumari
47 Kawahib	67 Mayongóng	86 Piro
48 Kaxarari	68 Mayoruna	87 Potiguára
49 Kaxináwa	69 Melináku	88 Poyanáwa
50 Kayabi	70 Menkranotire	89 Puruborá
51 Kiriri	71 Morecêbi	90 Suyá
52 Kobéwa	72 Mudjetire	91 Tapirapé
53 Kokraimoro	73 Mundurukú	92 Tariána
54 Krahó	74 Mura	93 Tembé
55 Krikati	75 Nambikuára	94 Teréna
56 Kréen-Akaróre	76 Numbiai	95 Tiriyo-Pianokoto
57 Kubén-Kran-	77 Pakahanova	96 Trumái
Kegn	78 Palikur	97 Tukána
58 Kuikuru	79 Pankarare	98 Tukuna
59 Kulina	80 Pankararu	99 Tupari
60 Kuruáya		

Source: "Indigenous Groups of Brazil," in W. Dostal (ed.), *The Situation of the Indian in South America* (Geneva, 1972), pp. 434-42.



Map 4. Indians and the Amazon mining frontier

Source: *Engineering and Mining Journal* (November 1975), pp. 170–1.

Key: Multinational mining projects in the Amazon Basin:

- A **Amazonia Mineração** (iron ore, Serra dos Carajás): \$3 billion (American) project of U.S. Steel Corporation and Companhia Vale do Rio Doce to begin in 1980.
- B **Mineração Rio do Norte** (bauxite, Trombetas River): \$260 million project of Alcan Aluminum Company and Companhia Vale do Rio Doce to begin in 1977.
- C **Industria e Comercio de Minérios** (manganese, Serra do Navio): large manganese mining and processing project of Bethlehem Steel Corporation and Cia. Auxiliar de Empresas Mineração began in 1957.

Map 4. Key (cont.): Mineral exploration projects being carried out by the mineral resources research company (CPRM):

Finished projects	34 Januaria-Itacarambi (Vanadium, silver, lead)	69 Concisa—Construção Civil e Industrial Ltda. (Cassiterite)
1 Morro da Fumaça (Fluorite)	36 Curaçá (Copper)	70 Progresso da Rondônia Mineração (Cassiterite)
3 Serra da Gangalha (Diamonds)	38 Aprazivel (Copper)	71 Tin Brasil Mineração Ltda. (Cassiterite)
7 Transamazônica	40 Itamanguai (Gypsum)	72 Mineração Ataca-zeiros Ltda. (Cassiterite)
5 Santa Fé (Nickel)	42 Canadá (Copper)	73 Mineração Rio das Garças Ltda. (Cassiterite)
6 Cannopolis (Potassium, rock salt)	44 Gradaus (Iron)	74 Mineração Amarante (Scheelite)
9 Bagé (Copper)	48 Patos de Minas (Phosphate)	75 Mineração Tijuca Ltda. (Scheelite)
10 Poços de Caldas (Molybdenum)	11 Paragominas (Bauxite)	76 Mineração Acquarius (Scheelite)
12 Serra do Mel (Molybdenum)	12 Serra do Mel (Molybdenum)	77 Zangarelhas Mineração Ltda. (Scheelite)
14 Rio Capim (Kaolin)	14 Rio Capim (Kaolin)	78 Mineração Nordeste do Brasil Ltda. (Scheelite)
15 Plat. Continental (Rock salt, potassium, sulphur)	15 Plat. Continental (Rock salt, potassium, sulphur)	79 Cainita SA (Rock salt)
16 Montalvania (Silver, zinc, lead, fluorite)	16 Montalvania (Silver, zinc, lead, fluorite)	80 Serrasa—Serra do Ramalho Mineração Ltda. (Fluorite)
17 Morro do Serrote (Phosphate)	17 Morro do Serrote (Phosphate)	81 Operadora de Equipamentos SA (Chromite)
18 Rio Jamanxim (Silver, zinc, copper, lead)	18 Rio Jamanxim (Silver, zinc, copper, lead)	82 Emp. Min. Imaruí e Salomão Mineração Ltda. (Fluorite)
19 Xique Xique (Lead)	19 Xique Xique (Lead)	83 Leprevost e Cia. (Gold)
21 Brasileira (Copper)	21 Brasileira (Copper)	84 Mineração Morretes (Gold)
22 Cerro Azul (Niobium)	22 Cerro Azul (Niobium)	85 Minas Del Rei D. Pedro SA (Gold)
23 Morro Redondo (Bauxite)	23 Morro Redondo (Bauxite)	86 Mineração Morro Velho SA (Gold)
26 Sacaima (Chrome)	26 Sacaima (Chrome)	87 Eneel (Nickel)
28 Aimores (Titanium)	28 Aimores (Titanium)	88 C. R. Almeida SA (Ilmenite)
30 Rio Falsino (Copper)	30 Rio Falsino (Copper)	89 Somicol SA (Manganese)
31 Itaparica (Limestone)	31 Itaparica (Limestone)	90 Cia. Bozano Simonsen (Iron)
33 Alterosa (Limestone, beryllium)	33 Alterosa (Limestone, beryllium)	
35 Parauá (Phosphate)	35 Parauá (Phosphate)	
37 Massape (Vermiculite)	37 Massape (Vermiculite)	
46 Corumbá (Iron)	46 Corumbá (Iron)	
39 Aracás (Coal)	39 Aracás (Coal)	
Projects under way	47 São Cristovão (Phosphate, limestone, gypsum)	
2 Morro do Engenho (Nickel)	50 Morro do Engenho (Nickel)	
13 Andorinha (Chrome)	51 Andorinha (Chrome)	
24 Arapoema (Nickel, copper)	52 Arapoema (Nickel, copper)	
25 São Felix do Xingu (Lead)	53 São Felix do Xingu (Lead)	
29 Catalão (Chrome)	54 Catalão (Chrome)	
32 Chaminés Alcalinas (Phosphate, diamonds, titanium, niobium)	55 Chaminés Alcalinas (Phosphate, diamonds, titanium, niobium)	
1975 projects financed through CPRM	56 Chaminés Alcalinas (Phosphate, diamonds, titanium, niobium)	
68 Mineração Angelim SA (Cassiterite)	57 Chaminés Alcalinas (Phosphate, diamonds, titanium, niobium)	

A INVASÃO DO TERRITÓRIO DOS ÍNDIOS (1)

I. SISTEMA RODOVIÁRIO TRANSAMAZÔNICO

PRINCIPAIS RODOVIAS DO SISTEMA TRANSAMAZÔNICO	INVASÃO DE TERRAS INDÍGENAS	FINANCIAMENTO INTERNACIONAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	CORPORAÇÕES MULTINACIONAIS
Rodovia Transamazônica: estrada de 4 960km ligando o Nordeste do Brasil à fronteira peruana	Juruna, Arara, Parakanã, Asurini, Kararão	Banco Mundial: empréstimo de US\$ 400 milhões ao DNER, o maior empréstimo para rodovias da história bancária	Earth Satellite Corp./Litton Industries, Westinghouse Corp.: contratos para o projeto Radam (Radar da Amazônia) para estudos aerofotogramétricos, no valor de 7 milhões de dólares
Rodovia Belém-Brasília: indo do norte para o sul pela margem oriental do rio Amazonas	Gavião, Krahó, Apinayé, Xavante, Xerente	Export-Import Bank: empréstimo de US\$ 3.898,350 à Camargo Correia, a maior cia. construtora do Brasil, para compra de equipamento	Caterpillar Brasil: venda de 770 peças de maquinaria no valor de US\$ 47 milhões para a engenharia do Exército brasileiro e sete companhias particulares construindo estradas na Amazônia
Rodovia Santarém-Cuiabá: indo de norte a sul, através do Brasil centro-occidental	Parque Nacional do Xingu, Kreen-Akrore (Estrada BR-080)	USAID: doação de US\$ 8,4 milhões para treinamento no uso de dados na central do Earth Resources Observation, em Sioux Falls, Dakota do Sul	Komatsu (Japão), Fiat (Itália), General Motors, J. I. Case, Clark Equipment, Eaton Corp., Wabco, Huber-Warco (EUA); e outras companhias estrangeiras com equipamento de tratores no valor de US\$ 125 milhões
Rodovia Perimetral do Norte: estrada de 4 mil km margeando os limites do norte entre Brasil e Guiana, Surinâm, Venezuela, Colômbia e Peru	Parque Indígena de Tumucumaque, Waimiri-Atroari, Parque Indígena Yanomami, Parque Indígena Atalaia do Norte		
Rodovia Porto Velho-Cuiabá: estrada principal através de Mato Grosso e Rondônia	Parque Indígena de Aripuanã		

A INVASÃO DO TERRITÓRIO DOS ÍNDIOS (2)

II. SETOR DE MINERAÇÃO

MINERAL E ÁREA DE EXPLORAÇÃO	INVASÃO DE TERRAS INDÍGENAS	CORPORAÇÕES MULTINACIONAIS NA ÁREA	FINANCIAMENTO INTERNACIONAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
Minério de ferro: serra dos Carajás, Pará	Xicrin-Caiapó, nordeste do Parque Nacional do Xingu	Amazonas Mineração; associação da empresa estatal Vale do Rio Doce com a United States Steel	Export-Import Bank: empréstimo de US\$ 5,5 milhões à ICOMI para a usina de pelletização do manganês da serra do Navio
Manganês: serra do Navio, território do Amapá	Sul de Palikur, Karipuna, Galibi-Maryôrno	Indústria e Comércio de Minérios; associação da CAEMI de Antunes e da Bethlehem Steel	Overseas Private Investment Corporation (EUA): seguro para os investimentos da Alcoa, W. R. Grace e Hanna Mining
Bauxita: concessão ao longo do rio Trombetas, Pará	Parque Indígena Tumucumaque, Pianokoto-Tirio, Warikyana-Arikiêna, Parukoto-Charáuma	ALCOA, ALCAN (braço canadense da ALCOA), Nippon Steel (Japão), Kaiser Aluminum, National Bulk Carriers, Pechnay, Alusuisse, Rio Tinto Zinc, Hanna Mining	Earth Satellite Corporation (EUA); pesquisas minerais do Projeto Radam na Baía Amazônica, para o governo brasileiro e empresas privadas
Cassiterita ou estanho: concessões no território de Rondônia	Parque Indígena Aripuanã, Cintas-largas, Suruí	Cia. de Mineração Ferro União; Billiton/Royal Dutch Shell Cia. Estanífera do Brasil; W. R. Grace/Patiño Cia. Brasileira de Metalurgia; Rockefeller-Moreira Salles/Molybdenum Corp. Mineração Aracazeiro; Itatú National Lead Industries/Portland Cement	US Geological Survey: 21 projetos de exploração mineral e geológica em colaboração com o Departamento de Pesquisa Mineral (DNPM); a empresa estatal Centro de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), sob patrocínio do governo brasileiro e da USAID

A INVASÃO DO TERRITÓRIO DOS ÍNDIOS (3)

11

III. O SETOR DE NEGÓCIOS AGRÍCOLAS

CORPO AGRÍCOLA	SUPERFÍCIE	INVASÃO DE TERRAS INDÍGENAS	FINANCIAMENTO INTERNACIONAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
Jari Florestal e Agropecuária: D. Keith Ludwig National Bulk Carriers	Fazenda e rancho de 60 mil hectares ao longo dos rios Pará e Jari, território do Amapá	9 aldeias Apalaí (Aparai) ao norte e a oeste	Banco Mundial: empréstimo de US\$ 60 milhões para melhoramento da indústria de criação de gado (1972); dois empréstimos anteriores de US\$ 76 milhões para produção de carne (1967-1972)
Swift-Armour-King Ranch: fusões e compras recentes pela Deltec International Packers Ltd. e Brascan	Fazenda de gado de 72 mil hectares em Paragominas, nos limites do Pará com Maranhão	Reservas indígenas Tembe/Urubu-Kaapor	
Volkswagen do Brasil	Fazenda de gado de 22.400 hectares no Araguaia, Pará	Várias tribos Caiapós do norte	USAID: empréstimo de US\$ 11,9 milhões ao Instituto de Desenvolvimento Regional do Amapá, para pesquisa em agricultura e criação de gado
Fazenda Suiá-Missu, de propriedade da Liquigás (Itália)	Fazenda de gado de 560 mil hectares paralela ao rio Suiá-Missu, no nordeste de Mato Grosso	Parque Nacional do Xingu (norte) Xavante (sul e leste)	USAID: empréstimo de US\$ 32 milhões para o Instituto Internacional de Pesquisa (parcialmente financiado pela Fundação Rockefeller) para estudo da produção de arroz tropical na Amazônia
66 empresas de terra e gado em S. Paulo: área de grandes propriedades rurais de Stanley Amos Sellig (empresário norte-americano de imóveis)	Municípios de Barra do Garças e Luciara, Mato Grosso	Tariparé, Parque Indígena do Araguaia, 5 reservas xavantes	Blue Spruce International e International Research Institute: projeto para vender o herbicida 2,4,5-T (Agente Laranja) ao governo brasileiro, para desflorestamento da Amazônia

IV. O SETOR EXTRATIVO: BORRACHA E MADEIRA

SITUAÇÃO	SITUAÇÃO DAS TRIBOS INDÍGENAS
A. BORRACHA (surto: 1890-1910/decadência: de 1910 até hoje, com curta expansão durante a II Guerra Mundial)	
Companhia da Amazônia Peruana: empresa britânica de borracha que dominava a maior parte da fronteira noroeste do Brasil, durante os anos do surto	Assassinato e escravidão de 30 mil indígenas que viviam nas selvas do Brasil, Colômbia, Bolívia e Peru
Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: estrada de ferro de 500 km construída pelo coronel George Earl Church, empresário e engenheiro de estradas de ferro da Nova Inglaterra, entre Porto Velho e Guajará-Mirim, terminada em 1912	Extermínio de 41 nações indígenas na área entre o Juruá e Purus, no território d'Acre
Fordlândia: plantação de borracha de 1 milhão de hectares, fundada por Henry Ford em 1927, no rio Tapajós, ao norte e ao sul de Santarém	Extermínio das nações Tupi-Kawahib na área entre os rios Tapajós e Madeira
B. MADEIRA (a maior parte das invasões foi feita pelas empresas estrangeiras de 1965 para cá)	
Companhia Amazonas Madeiras e Laminados: operação Georgia-Pacific, de 186 mil hectares, em Portel, Pará	Grande ameaça para as 94 nações indígenas que sobram, num total de mais de 6 mil pessoas, que vivem na região amazônica
Madeiras Finais do Brasil Ltda.: empresa de propriedade da Gilbert Imported Hardwoods, de Belém (192 km)	
Madeiras Gerais da Amazônia: empresa de propriedade de Robin Hollis McGlohn	
Bruunzeel: empresa de Bruunzeel (holandesa) em Porto Santana, Amapá	
Superlinhas Madeiras Ltda.: empresa da Toyomenka (Japão), no estreito de Breves, na embocadura do Amazonas	
Jari Florestal e Agropecuária: projeto de US\$ 300 milhões de D. K. Ludwig National Bulk Carriers	
Madeiras Tropicais Ltda.: empresa de propriedade da Beau Murphy (Atlanta, Geórgia), em Porto Santana, Amapá	

Opinião nº 128 , 18/4/75